Processo Administrativo instaurado por meio da portaria nº 5049/2022

Contratada: Convênios Card Administradora e Editora Ltda

Exmo. Sr.Prefeito,

Trata-se de Processo Administrativo instaurado pela Portaria nº 5049/2022, para apurar possíveis irregularidades na execução do contrato para prestação de serviço de gerenciamento, administração, fiscalização, emissão, distribuição, fornecimento e manutenção de benefício alimentação, através de cartões magnéticos/eletrônicos, equipados com chip de segurança, para os servidores da Prefeitura Municipal de Santa Rita do Sapucaí e Câmara Municipal, consubstanciado no Comunicado Interno nº 011/2022, da Secretaria Municipal de Administração, Recursos Humanos e Finanças, que relata que a rede credenciada apresentada pela empresa processada , conforme solicitado no item 6.2.3 do termo de referência, não está aceitando o cartão ofertado pela contratada.

Instaurou-se o presente processo por meio da Portaria nº 5049/22, o ato inaugural justificou a instauração do processo administrativo, narrando os fatos e tipificando-os nos arts. 7º da Lei nº10.520/02, 77, 78, I, 79, I, 80, IV e 87, todos da Lei n. 8.666/93 e determinou a notificação da empresa, para apresentar defesa no prazo de 10 (dez) dias, possibilitando-lhe o exercício do contraditório e ampla defesa.

Efetuou-se a notificação da empresa acusada, com o fim de lhe dar conhecimento do Processo Administrativo, para acompanhar todo o processo, apresentar defesa prévia, indicar as provas a produzir para exercer a sua ampla defesa, o contraditório, o devido processo legal.

102

A empresa foi devidamente notificada, apresentando defesa nos autos (fls. 65/75).

É o relatório.

A empresa **CONVÊNIOS CARD ADMINISTRADORA E EDITORA LTDA** sagrou-se vencedora no presente certame para prestação de serviço de gerenciamento, administração, fiscalização, emissão, distribuição, fornecimento e manutenção de benefício alimentação, através de cartões magnéticos/eletrônicos, equipados com chip de segurança, para os servidores da Prefeitura Municipal de Santa Rita do Sapucaí e Câmara Municipal.

Segundo noticiado pela processada em sua defesa, após iniciada as negociações com os estabelecimentos comerciais de Santa Rita do Sapucaí, 02(dois) desses estabelecimentos informaram recusa em aceitar sua bandeira, previamente ao início da execução contratual, bem como, o descredenciamento de um terceiro estabelecimento.

A empresa empreendeu esforços para contratar com outros estabelecimentos comerciais, porém, somente logrou êxito com 03(três), não satisfazendo, desta forma, o objetivo da contratação.

Desta forma, não vislumbramos dolo ou culpa da empresa no descredenciamento do estabelecimento comercial e da recusa de outros em aceitarem a bandeira, visto que nem havia dado início ao contrato quando tal fato ocorreu.

103

Diante de todo exposto, essa Comissão opina pela rescisão contratual, devendo ser realizado o pagamento à processada, dos créditos referentes a utilização do cartão por alguns servidores municipais.

Este é o nosso parecer, S.M.J.

Santa Rita do Sapucaí/MG, 31 de março de 2022.

Maria de Lourdes Borsato da Cunha
-Presidente da C.P.-

Rita de Cássia Ribeiro
-Vice- Presidente da CP

Juscimara Ribeiro Baldoni
-Secretária da CP-

DECISÃO

Procedimento Administrativo determinado pela Portaria Nº 5049/2022

Referência: Processo Administrativo nº: 155/2021 - Pregão nº: 084/2021

"Instauração de Processo Administrativo objetivando eventual rescisão contratual e/ou aplicação de sanções, tendo em vista a inexecução total do contrato"

Vistos etc.,

Para todos os efeitos e fins legais e jurídicos adoto integralmente o Relatório final apresentado pela Comissão Processante.

Segundo noticiado, a processada, após iniciada as negociações com os estabelecimentos comerciais de Santa Rita do Sapucaí, 02(dois) desses estabelecimentos informaram recusa em aceitar sua bandeira, previamente ao início da execução contratual, bem como, o descredenciamento de um terceiro estabelecimento, sem que nada justificassem.

A empresa empreendeu esforços para contratar com outros estabelecimentos comerciais, porém, somente logrou êxito com 03(três), não satisfazendo, desta forma, o objetivo da contratação.

A empresa em questão foi notificada a fim de lhe garantir a oportunidade de exercer o contraditório e a ampla defesa, assegurada pelo Art. 5°, Incisos LIV e LV, da CR/88.

Não há, pois, nenhum vício no procedimento em apreço, estando o mesmo regular e válido.

104
105

Tudo nos ditames legais, fundamento e **DECIDO**:

Diante do parecer final exarado pela Comissão Processante, determino a rescisão contratual com a empresa Convênios Card Administradora e Editora Ltda, isentando-a de sanção, por não ficar demonstrado nos autos a configuração de culpa ou dolo.

Notifique a empresa processada de todo teor da decisão. Publique-se extrato dessa Decisão.

Registre-se. Intime-se.

Santa Rita do Sapucaí/MG, 31 de março de 2022.

Wander Wilson Chaves
-Prefeito Municipal-

106
107

EXTRATO DE DECISÃO PROFERIDA
NO PROCESSO ADMINISTRATIVO INSTAURADO
PELA PORTARIA Nº 5049/22

Origem: Processo Administrativo nº: 155/2021 – Pregão Eletrônico nº: 084/2021

Objeto:. Prestação de serviço de gerenciamento, administração, fiscalização, emissão, distribuição, fornecimento e manutenção de benefício alimentação, através de cartões magnéticos/eletrônicos, equipados com chip de segurança, para os servidores da Prefeitura Municipal de Santa Rita do Sapucaí e Câmara Municipal

Contratante: MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO SAPUCAÍ / MG

Contratada: CONVÊNIOS CARD ADMINISTRADORA E EDITORA LTDA

C.N.P.J: 08.656.963/0001-50

Decisão: Rescisão contratual

Base Legal: Art. 78 da Lei nº8.666/93.

PUBLICAÇÃO
Certifico que este documento foi
Publicado no quadro de avisos
da PMSRS em 04/04/22
Santa Rita do Sapucaí-MG
Responsável Gisele

108

Gislaine

De: Jurídico Convênios Card <juridico@convenioscard.com.br>
Enviado em: terça-feira, 3 de maio de 2022 15:16
Para: Gislaine; Lilian Ferreira; Pâmela Rossini; Ângela Cristina Engler; Bianca dos Santos Rodrigues; Lorrayne Mettler; Convênios Card - Licitações
Assunto: Ref. Processo Administrativo Portaria 5.049/2022
Anexos: reconsideração.pdf

Boa tarde
Esta assessoria jurídica, como representante da empresa Convênios Card, vem, mediante a presente, solicitar no que segue em anexo.
Favor acusar o recebimento.

Atenciosamente,
Bruna Ribeiro

Jurídico Convênios Card
Fone: (19) 3561-3693
Drs.: Elizandro de Carvalho
Ronaldo Carlos Pavão
Carlos Eduardo Machado de Oliveira

À PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO SAPUCAÍ, ESTADO DE MINAS GERAIS.

Ref. Comunicado Interno nº 11/2022

Portaria nº 5.049/2022

CONVÊNIOS CARD ADMINISTRADORA E EDITORA LTDA EPP, já devidamente qualificada, vem, através de seus advogados que abaixo subscrevem, respeitosamente à douta presença de Vossa Senhoria apresentar o presente pedido de RECONSIDERAÇÃO DE ATO, pelos fatos e fundamentos que segue.

A Administração Publica celebrou contrato administrativo sob nº 3.429/2021, buscando o gerenciamento, administração, fiscalização, emissão, distribuição, fornecimento e manutenção do benefício vale alimentação destinado aos servidores da prefeitura e da câmara municipal.

Para tanto está Contratada buscou instituir relação jurídica junto aos estabelecimento comercial, para o fornecimento dos bens de consumo a ser adquiridos mediante o cartão junto ao benefício licitado, em atendimento as exigências contratuais e editalicias.

Ocorre que, antes mesmo do inicio da execução do contrato, após já intentadas as negociações e instituído relação comercial com as redes locais, esta empresa foi surpreendida em 31/01/2022 com informações de recusa no aceite de sua bandeira, por meio dos 02 (dois) estabelecimentos comerciais, sem que se quer tenha sido iniciado as transações pelo benefício do vale alimentação. Isso tudo de forma injustificada.

Na mesma data notificamos todos os estabelecimentos comerciais acerca do cumprimento da relação jurídica instituída entre eles e esta empresa, o qual detém de direitos e obrigações em equivalência, tendo inclusive como uma delas a necessidade de notificação expressa quanto ao descredenciamento com antecedência mínima de 30 dias, e que o descumprimento da obrigação contratual, implica ao transgressor o dever de

ressarcir o prejuízo causado em razão deste inadimplemento, respondendo pelas perdas e danos gerados (texto contratual).

Não obstante, mediante comunicado interno foi instaurado processo administrativo mediante portaria interna para apurar os fatos de eventual descumprimento contratual.

Notificada esta empresa para apresentar a defesa previa, justificou o todo o ocorrido ao qual a mesma não deu causa, isentando-a de qualquer culpa ou dolo, bem como informou que continuou angariando novos fornecedores, a fim de atender o disposto no instrumento convocatório e contratual atingindo os interesses e necessidades da Administração e seus servidores.

Informou o credenciamento com a quantidade da rede necessária ao cumprimento integral do disposto no instrumento convocatório, em especial o item 6.2.3, estando a rede apta a transacionar com sua bandeira e atender as necessidades dos servidores.

Desta forma a Administração Pública, diligenciou junto aos estabelecimento e a empresa Contratada solicitando o envio do contrato formalizado com os estabelecimentos comerciais, sendo encaminhado prontamente.

Quando da diligencia junto a rede credenciada o estabelecimento denominado Supermercado Alvorada informou que não havia formalização de contrato entre as partes, mas não negou o credenciamento, sendo informado por esta empresa que o documento contratual será firmado quando da retomada da execução do contrato juto a prefeitura, pois algumas tratativas negociações, como valores, garantias e etc., dependem do contexto do fluxo de transações no estabelecimento comercial, mas que toda a rede encontrava-se regular e apta a atender os beneficiários do cartão junto a esta Administração, restando devidamente justificado e demonstrado a regularidade do contrato promovido entre a Prefeitura de Santa Rita do Sapucaí/MG e a empresa Convênios Card, em especial nos termos do item 6.2.3.

Não obstante, sobreveio a decisão de rescisão contratual, sem aplicação de sanção, certeiramente, pois não resta configurada a existência culpa ou dolo por parte da empresa, no entanto, a decisão de rescisão deve ser revista.

JJJ

Conforme disposto no item 6.2.3 do instrumento convocatório a empresa contratada deve comprovar conter em sua relação de fornecedores 04 comércios no município de Santa Rita do Sapucaí/MG, sendo cumprido integralmente por esta empresa.

Vejamos que dos 04 estabelecimentos apresentados somente o Supermercado Alvorada não possui contrato formal, pois pendente de algumas tratativas negociais a formalização do contrato, **mas há a relação obrigacional instituída entre as partes, bem como a confirmação do próprio estabelecimento**. Não há negativa do próprio fornecedora acerca da relação instituída entre as partes, apenas pendencia de confecção do documento formal, por tratativas comercias.

Cumpre ressaltar que não é instituído no instrumento contratual ou convocatório da necessidade de tal documento, apenas a demonstração da relação dos estabelecimento de acordo com o item 6.2.3 e 6.3, sendo encaminha por esta empresa e corroborado pelo próprio estabelecimento.

Com a análise permitida até o momento e com as fundamentações fáticas e jurídicas decorrentes desta análise, temos a sustentar em *prima facie* que a empresa Convênios Card demonstrou o cumprimento das cláusulas contratuais, restando reunidos todos os elementos aptos a demonstrar quer a empresa agiu pautada na boa-fé e responsabilidade para com suas obrigações decorrentes não só da Lei de Licitações, mas também das responsabilidades pertinentes a uma relação entre a empresa e a administração pública em geral, e os estabelecimentos comerciais.

Pelo exposto, invocando o artigo 109 da lei 8.666/93, requer reconsideração do ato de rescisão do contrato sob nº 3.429/2021 ante o cumprimento integral do dispostos no instrumento contratual e licitatório, retomando a execução do contrato.

Nesses termos, pede e espera deferimento.

Pirassununga/SP, 12 de janeiro de 2022.

ELIZANDRO DE CARVALHO:25211071824

Assinado de forma digital por ELIZANDRO DE CARVALHO:25211071824
Dados: 2022.05.03 15:07:40 -03'00'

DR. ELIZANDRO DE CARVALHO
OAB/SP 194.835

112

Processo Administrativo instaurado por meio da portaria nº 5049/2022
Contratada: Convênios Card Administradora e Editora Ltda

Trata-se de pedido de reconsideração à decisão do Exmo. Senhor Prefeito Municipal, na qual ratificou o parecer da Comissão Processante, determinando a rescisão contratual, isentando-a de sanção, por falta de comprovação nos autos de culpa ou dolo.

Após notificada a cumprir a decisão, a empresa protocolizou pedido de reconsideração, para que seja revista a rescisão contratual.

Passo a análise:

A Comissão Processante, ao emitir o relatório, agiu de forma coerente e acertada ao decidir pela não penalização da processada, haja vista a falta de comprovação de culpa ou dolo pela inexecução contratual.

Porém, tendo em vista que os objetivos da contratação não foram alcançados, decidiu-se pela rescisão contratual, o que foi por mim ratificado.

A processada, porém, inconformada com a decisão, protocolizou pedido de reconsideração.

Porém, o pedido de reconsideração não pode ser provido, porque tudo já foi discutido e decidido exaustivamente. A empresa recorrente, em seu pleito, não traz nada de novo que possa alterar a situação factual e jurídica a merecer amparo no recurso ora analisado.

Não há novas questões a serem analisadas. Tudo foi exaustivamente averiguado e decidido.

Desta forma, mantenho a decisão atacada pelos próprios e jurídicos fundamentos, devendo ser efetuada a rescisão contratual com a empresa **Convênios Card Administradora e Editora Ltda**.

Façam-se os pagamentos que estiverem pendentes, caso hajam.

Dê ciência à processada do teor desta decisão.

Após as providências de praxe, arquive-se os autos.

Santa Rita do Sapucaí/MG, 04 de maio de 2022.

Wander Wilson Chaves

-Prefeito Municipal-

EXTRATO DE DECISÃO PROFERIDA

NO PROCESSO ADMINISTRATIVO INSTAURADO

PELA PORTARIA Nº. 4.755/20

Origem: Processo Administrativo nº:155/2021 - Pregão nº:084/2021

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE GERENCIAMENTO, ADMINISTRAÇÃO, FISCALIZAÇÃO, EMISSÃO, DISTRIBUIÇÃO, FORNECIMENTO E MANUTENÇÃO DE BENEFÍCIO ALIMENTAÇÃO, ATRAVÉS DE CHIP DE SEGURANÇA, PARA OS SERVIDORES DA PREFEITURA MUNICIPAL E CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO SAPUCAÍ / MG.

Contratante: MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO SAPUCAÍ / MG

Contratada: **Convênios Card Administradora e Editora Ltda**
CNPJ: 08.656.963/0001-50

Decisão: Mantida a decisão de rescisão contratual

PUBLICAÇÃO
Certifico que este documento foi
Publicado no quadro de avisos
da PMSRS em 05/05/22
Santa Rita Sapucaí-MG
Responsável Gisele